O princípio do porto franco: aberto a todas as bandeiras

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A ideia do porto franco

A decisão que moldou Singapura mais do que qualquer outra foi a de fazer dela um porto franco. Navios de todas as nações podiam entrar no porto, descarregar e carregar suas mercadorias e partir sem pagar direitos aduaneiros sobre os bens que comerciavam. Singapura estava proibida de obter receita por meio de tributos portuários.[1]

Raffles via o porto franco como uma arma contra o sistema holandês. Na mesma carta de 10 de junho de 1819, escreveu: "Um único porto franco nestes mares acabará por quebrar o encanto do monopólio holandês; e o que Malta é no Ocidente, isso poderá Singapura tornar-se no Oriente."[2] A comparação com Malta, que a Grã-Bretanha adquirira durante as Guerras Napoleônicas como base naval e entreposto comercial no Mediterrâneo, mostra como Raffles via o estabelecimento: como uma posição estratégica do império marítimo, que atrairia o comércio por sua abertura e o protegeria pelo poder britânico.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O princípio do porto franco apoiava-se em ideias que ganhavam terreno na Grã-Bretanha. A crítica de Adam Smith ao mercantilismo fora publicada em 1776. Desde então, fabricantes e mercadores britânicos exigiam cada vez mais o livre acesso aos mercados. Os mercadores privados que queriam acabar com o monopólio da Companhia sobre a China usavam os mesmos argumentos. Nos portos da Ásia, o porto franco tinha um significado prático: eliminava os tributos e as restrições que governantes holandeses, espanhóis e asiáticos impunham e que encareciam o comércio.[3]

Receita sem tributos: os arrendamentos fiscais

Um estabelecimento sem direitos aduaneiros continuava precisando de receita. Tinha de pagar sua administração, sua polícia e suas obras públicas, pois a Companhia em Calcutá esperava que ele se sustentasse. A resposta, adotada por Farquhar e desenvolvida por seus sucessores, foi o arrendamento fiscal (revenue farm). O governo vendia, geralmente em leilão, o direito exclusivo de exercer certos negócios – a venda de ópio, a venda de álcool e, até Raffles proibi-lo, o jogo – a contratantes privados, os arrendatários, que pagavam uma quantia fixa pela licença e a recuperavam junto a seus clientes.[4]

O arrendamento do ópio, em particular, tornou-se a fonte de receita mais importante do governo colonial de Singapura durante a maior parte do século XIX. Era arrendado a consórcios de mercadores chineses, que usavam seus lucros para construir fortunas e influência. O arrendamento atrelava as finanças da colônia ao consumo de ópio por sua própria população trabalhadora.[5] Em outras palavras, o porto franco era compatível com a tributação e distribuía seu ônus de uma maneira particular: o comércio não era tributado, e o consumo, sobretudo o consumo de ópio, arcava com o custo do governo.

Equívoco comum

O porto franco é às vezes entendido como um estabelecimento sem impostos. A Singapura dos primórdios não cobrava direitos aduaneiros sobre o comércio, mas obtinha receita de licenças e de arrendamentos fiscais sobre o ópio, o álcool e, até

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

1823, o jogo. A escolha favorecia os mercadores e transferia o ônus fiscal para os consumidores, muitos deles trabalhadores pobres. O modelo fiscal moderno de Singapura, com impostos baixos sobre empresas e capital e receitas significativas provenientes do consumo e de ativos estatais, tem uma longa ascendência.

Porto franco e Estado de direito

O porto franco oferecia aos mercadores mais do que a isenção de tributos. Oferecia-lhes a proteção de uma potência europeia com marinha, uma administração previsível e, cada vez mais, um sistema de tribunais que fazia cumprir contratos e direitos de propriedade. Os regulamentos de Raffles de 1823 estabeleceram regras para o registro de terras, o funcionamento do mercado e a administração da justiça por magistrados recrutados na comunidade mercantil.[6]

A combinação de livre comércio e segurança jurídica é o núcleo do modelo institucional que o capítulo anterior identificou nos portos bem-sucedidos do estreito: proteção, previsibilidade e um preço moderado da passagem. A Malaca dos sultões oferecera os três. A Malaca portuguesa e a holandesa, bem como a Riau holandesa, haviam elevado à força o preço da passagem. A Singapura britânica oferecia proteção e previsibilidade a preço zero para o próprio comércio. Wong Lin Ken, historiador do comércio de entreposto de Singapura, concluiu que Singapura resistiu à concorrência holandesa porque "it had a headstart, and, what was more important, it had no governmental interference in trade".[7]

Singapura e o sistema holandês em comparação

O contraste entre os sistemas holandês e britânico no arquipélago não deve ser exagerado. Os holandeses também mantiveram portos francos em certas épocas, enquanto os britânicos impunham monopólios em outros lugares, sobretudo o do ópio na Índia. No estreito da década de 1820, porém, o contraste era real e era percebido como tal pelos mercadores asiáticos. Comerciantes bugis de Celebes, comerciantes chineses de juncos de Amoy e Cantão e mercadores árabes de Palembang conheciam por experiência os tributos e as restrições holandesas e escolhiam Singapura porque ela os poupava deles.[8]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A comparação antecipa um tema que percorre a história posterior do centro financeiro. Singapura tem atraído negócios repetidas vezes ao oferecer um regime mais aberto, mais previsível ou menos custoso que o de seus concorrentes, mantendo ao mesmo tempo uma reputação de ordem e legalidade. O equilíbrio entre abertura e integridade e os riscos reputacionais que a abertura acarreta são examinados nas Partes E e H deste livro.

Notas

1. Wikipedia, "Founding years of modern Singapore" (acesso em setembro de 2026): Singapura foi estabelecida como "a free port" e não devia obter receita por meio de tributos portuários. ↩
2. Raffles ao coronel Addenbrooke, 10 de junho de 1819, citado em "Letters and Correspondences of Raffles", *The History Makers* (samhistmakers), acesso em setembro de 2026. ↩
3. Sobre a influência das ideias de livre comércio na política britânica na Ásia nas décadas de 1810 e 1820 e sobre o modelo de porto franco de Penang e Singapura, ver Tarling, *Anglo-Dutch Rivalry in the Malay World 1780–1824*, e Wong Lin Ken, "Singapore: Its Growth as an Entrepot Port, 1819–1941", *Journal of Southeast Asian Studies*. ↩
4. Wikipedia, "Founding years of modern Singapore" (acesso em setembro de 2026): Farquhar recorreu à "selling licenses for gambling and the sale of opium"; Wikipedia, "Stamford Raffles" (acesso em setembro de 2026): em 1823, Raffles "imposed heavy taxation on what he considered social evils such as drunkenness and opium smoking". ↩
5. Sobre o arrendamento do ópio como principal fonte de receita da Singapura colonial e sobre o papel dos consórcios chineses, ver Carl A. Trocki, *Opium and Empire: Chinese Society in Colonial Singapore, 1800–1910*, Ithaca, Cornell University Press, 1990. ↩
6. Os regulamentos de Raffles de 1823, incluindo a nomeação de magistrados entre os mercadores e as regras sobre terras e mercados, estão resumidos em

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

C.M. Turnbull, *A History of Modern Singapore 1819–2005*, Singapura, NUS Press, 2009, capítulo 1. ↩

7. Wong Lin Ken, "Singapore: Its Growth as an Entrepot Port, 1819–1941", *Journal of Southeast Asian Studies*, texto consultado via Cambridge Core, setembro de 2026. ↩

8. Sobre a preferência dos comerciantes bugis e dos comerciantes chineses de juncos por Singapura em relação aos portos holandeses na década de 1820, ver National Library Board Singapore, Infopedia, "Bugis trade", e Wong Lin Ken, "Singapore: Its Growth as an Entrepot Port, 1819–1941". ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com